

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 14 de janeiro de 2025 às 08h04*  
*Seleção de Notícias*

## Jota Info | BR

Arbitragem e Mediação

Arbitragem em 2024: 11 acontecimentos que marcaram a comunidade arbitral .....	3
--------------------------------------------------------------------------------	---

## Migalhas | BR

ABPI

O novo mecanismo multilateral de repartição de benefícios para DSI .....	9
--------------------------------------------------------------------------	---

## MSN Notícias | BR

Patentes

Nintendo teria enviado advogados para loja que apresentou modelo do Switch 2 na CES 2025, diz jornalista .....	14
MARIA EDUARDA CURY	

## G1 - Globo | BR

Direitos Autorais

Justiça do RJ mantém suspensão de música de Adele em caso de plágio .....	16
CLÁUDIA LOUREIRO   RAFAEL NASCIMENTO   CRISTINA BOECKEL   G1 RIO	

## Arbitragem em 2024: 11 acontecimentos que marcaram a comunidade arbitral



A **arbitragem**, como exercício de cidadania, desempenha um papel fundamental na resolução de conflitos de maneira célere, qualificada e especializada, através da oportunidade de que as partes envolvidas em um litígio tenham um papel ativo na escolha, de comum acordo, do árbitro, na seleção das regras de procedimento e na formulação da convenção de **arbitragem**.

Felizmente, o ano de 2024 foi muito proveitoso quanto ao crescimento cada vez maior da informação e aculturação da sociedade relativamente ao uso dos métodos adequados de pacificação de conflitos, especialmente, a **arbitragem**.

Dentre os acontecimentos mais relevantes no ano de 2024, 11 deles chamaram mais atenção. Vejam-se.

1) Uso do árbitro de emergência é obrigatório quando previsto pelas partes em cláusula compromissória

Foi proferida a primeira e histórica sentença do país que concluiu pela obrigatoriedade do uso do árbitro de emergência quando previsto pelas partes em cláusula compromissória constante de contrato de concessão.

O juiz federal Francisco Alexandre Ribeiro, da 8ª Vara Federal do Distrito Federal, proferiu sentença, publicada no dia 06/02/2024, de extinção do processo

sem julgamento de mérito em sede de mandado de segurança preventivo com pedido liminar impetrado pela Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport) em face do diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do secretário da Secretaria Nacional de Aviação Civil e do presidente da Infraero.

A Advocacia-Geral da União (AGU) demonstrou que o contrato de concessão possui cláusula compromissória que, não só prevê a **arbitragem** para a solução de controvérsias quanto ao referido contrato, mas também prevê o uso árbitro de emergência quando houver a necessidade de medidas cautelares ou de urgência antes de formado o tribunal arbitral. Processo 1117223-68.2023.4.01.3400.

2) Evento na FGV Direito SP debate pesquisa do CBAr que aponta probabilidade de 0,99% de ter sentença anulada

No dia 19/03/2024, evento na FGV Direito SP discutiu os resultados de pesquisa realizada pelo Comitê Brasileiro de **Arbitragem** (CBAr), divulgada no dia 22 de novembro de 2023, envolvendo os dados sobre as ações anulatórias de sentenças arbitrais proferidas em arbitragens com sede em São Paulo.

O estudo se pautou nas anulatórias distribuídas e julgadas pelas varas especializadas em direito empresarial e **arbitragem** da Comarca de São Paulo entre março de 2018 e novembro de 2022.

Valendo das mesmas câmaras arbitrais que integram a pesquisa "**arbitragem** em números" elaborada anualmente pela professora Selma Lemes (CAM-CBC, Ciesp/Fiesp, FGV, CCI, Camarb, Amcham e CBMA), e, pautando-se no mesmo período e sede de **arbitragem**, o estudo do CBAr identificou que foram proferidas 606 sentenças arbitrais, em face das quais foram distribuídas 17 ações anulatórias, sendo

Continuação: Arbitragem em 2024: 11 acontecimentos que marcaram a comunidade arbitral

6 foram julgadas procedentes no todo ou em parte. O número de anulatórias é baixo (2,8%: 606 x 17). A probabilidade de ter uma sentença anulada também é diminuta (0,99%: 606 x 6).

3) Pesquisa sobre a possibilidade de despejo na via arbitral é publicada no Valor

No dia 26/07/2024, foi publicada no Valor Econômico pesquisa feita pelo autor deste texto, entre 01/01/2023 e 22/07/2024, tendo como objeto a possibilidade de despejo na via arbitral.

Em 2023, tivemos 16 julgados dos tribunais favoráveis ao despejo na via arbitral e 5 desfavoráveis. Em 2024, tivemos 8 julgados dos tribunais favoráveis ao despejo na via arbitral e 3 desfavoráveis, sendo todos do TJSP, em 2024, favoráveis.

A pesquisa foi feita na plataforma Jusbrasil com a busca por "despejo" + "**arbitragem**". 32 casos totais incluindo 2023 e 2024. 2023: 5 desfavoráveis e 16 favoráveis. 2024 (até 22/07/2024): 3 desfavoráveis e 8 favoráveis. Se olharmos, por exemplo, só o TJSP: 2023: 1 desfavorável e 4 favoráveis e 2024: zero desfavoráveis e 4 favoráveis.

As decisões favoráveis entendem como possível a ação de despejo tramitar na via arbitral, de modo que concluem pela extinção do processo judicial sem julgamento do mérito, com base no art. 485, inc. VII, do CPC, ante a existência de convenção de **arbitragem**.

Considerando que a ação de despejo é uma ação com comando duplo, de resolução contratual e de ordem de desocupação, cabendo ao árbitro analisar se é caso de resolução ou não e, caso seja, e não for purgada a mora, determinar a desocupação, que, se não cumprida espontaneamente no prazo determinado, fará com que seja necessária a expedição de carta arbitral para que o juiz de direito dê efetividade ao capítulo de sentença relativo à desocupação.

Embora o árbitro não possa realizar a execução di-

reta, os atos de expropriação e desapossamento, pode realizar a execução indireta, a exemplo da aplicação de multas e astreintes. O árbitro pode dar comando com conteúdo executivo, mas não tem o poder de dar efetividade a ele em caso de não cumprimento espontâneo.

As decisões desfavoráveis entendem que não é possível a ação de despejo tramitar na via arbitral, pelo fato do acórdão do STJ ter seguido a linha.

Porém, o caso específico levado ao STJ não se refere ao comum dos casos das ações de despejo de praxe. O caso julgado pelo STJ referiu-se a locatário que havia abandonado no imóvel locado sem realizar o devido pagamento.

Neste caso, fruto do abandono, o contrato de locação já estava resolvido de pleno direito. Não havia litígio a ser dirimido na via arbitral quanto à possibilidade de resolução contratual ou não. Só restava dar efetividade a ordem de imissão na posse, via poder de império exclusivo do juiz de direito.

Além disso, o processo foi autuado no STJ no ano de 2014, ou seja, antes da reforma da lei de **arbitragem** de 2015, através da qual foram ampliados os poderes cautelares e de urgência dos árbitros.

4) Há litispendência entre ação anulatória de sentença arbitral e impugnação ao cumprimento de sentença arbitral

O STJ concluiu que há litispendência entre ação anulatória de sentença arbitral e impugnação ao cumprimento de sentença arbitral através do qual é pleiteada a anulação da sentença arbitral (REsp 2105872/RJ, publicado no dia 09/02/2024).

Segundo o STJ, "por previsão expressa no art. 33, § 3º, da Lei 9.307/1996 ( ) a impugnação ao cumprimento de sentença arbitral não se limita às matérias de defesa previstas no art. 525, § 1º, do CPC, sendo possível também requerer "a decretação da nu-

Continuação: Arbitragem em 2024: 11 acontecimentos que marcaram a comunidade arbitral

lidade da sentença arbitral ( ) o fato de a impugnação não consistir em uma ação de conhecimento propriamente dita não impede, por si só, a ocorrência de litispendência, pois basta que seja um meio processual apto a obter idêntico resultado ao outro processo já instaurado".

No caso posto a julgamento, o recorrido ajuizou "ação anulatória de sentença arbitral em 18/11/2019 às 19:07". E, "na mesma data, poucos minutos após a distribuição deste originário foi ofertada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral". Por consequência, considerando essa peculiaridade do caso concreto, o STJ pontuou que "a caracterização da litispendência não tem o condão de extinguir a presente ação, tendo em vista que ela foi ajuizada em momento anterior à apresentação da impugnação".

Assim, a declaração de nulidade da sentença arbitral pode ser pleiteada tanto via ação autônoma declaratória de nulidade de sentença arbitral, conforme art. 33, § 1º da lei de **arbitragem**, ou ainda via impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, simples meio de defesa na fase executiva, na forma do art. 33, § 3º.

Logo, o mesmo pedido de anulação e sob a mesma causa de pedir pode ser feito através de ambos os caminhos e através deles pode-se alcançar o mesmo resultado. Desta forma, sendo a lide a mesma, independente do meio pelo qual tramita, irrecusável a necessidade de extinção sem resolução de mérito da via de anulação levada à Juízo posteriormente, em observância à litispendência, art. 485, V, do CPC.

5) Publicação de diretrizes do CBAr sobre dever de revelação

Foram publicados os "Comentários às Diretrizes do Comitê Brasileiro de **Arbitragem** sobre o dever de revelação do(a) árbitro(a) - CBAr". Tratam-se tanto as Diretrizes como os comentários de balizadores práticos cotidianos eficazes do dever de revelação dos árbitros.

6) CPC não se aplica de forma subsidiária ao procedimento arbitral

No dia 23/08/2024 foi publicado o REsp 1851324/R-S, através do qual o STJ concluiu que o CPC não se aplica de forma subsidiária ao procedimento arbitral.

Tratou-se de ação anulatória de sentença arbitral sob o fundamento de suspeição/impedimento do tradutor, considerando que o preposto da requerida do procedimento arbitral atuara como tradutor por ocasião da oitiva de duas testemunhas de nacionalidade chinesa na AIJ, fato apto a comprometer a imparcialidade do tradutor na forma do art. 138, IV, do CPC, aplicável no silêncio, se forma subsidiária ao procedimento arbitral.

Porém, se concluiu de forma unânime que, "não se aplica o CPC de forma subsidiária à **arbitragem**", a qual é regida pelas convenções, pelo compromisso arbitral, pelo termo de **arbitragem** e pelo regulamento de **arbitragem**. Foi apontado que "cabe ao árbitro definir o modo como a prova será produzida" e que "a produção da prova testemunhal tal como estabelecido no regulamento da CCI e na ata de imissão ajustada não guarda nenhum paralelo com o processo judicial regido pela lei processual".

Foi destacado ainda que "ficou convencionado que a parte que arrolasse a testemunha deveria auxiliá-la na elaboração da declaração testemunhal, algo incognitável no processo judicial". Por fim, foi dito que: "as regras do CPC não foram escolhidas pelas partes para reger o procedimento em exame, a ele não se aplicando nem sequer subsidiariamente".

O julgado do STJ é exemplar e histórico. A autonomia da vontade das partes é princípio basilar da **arbitragem**, de modo que a liberdade e flexibilidade das partes em convencionarem sobre a forma de produção da prova é ampla. Na via arbitral, deve-se observar apenas o que dispõe a lei de **arbitragem**, o regulamento de **arbitragem** da câmara privada eleita e o termo de **arbitragem** estabelecido em consenso.

Continuação: Arbitragem em 2024: 11 acontecimentos que marcaram a comunidade arbitral

Os filtros externos se restringem ao respeito ao devido processo legal, à ampla defesa, ao contraditório e à igualdade das partes. Não se enquadrando o CPC neste conjunto normativo, a sua aplicação somente poderá ocorrer caso as partes, no termo de **arbitragem**, assim estipulem quanto às lacunas e omissões. Do contrário, no silêncio das partes, as hipóteses omissas serão supridas pelo entendimento do árbitro ou do tribunal arbitral.

## 7) Omissão do árbitro no dever de revelação

No dia 21/06/2024, através do REsp 2101901/SP, o STJ proferiu acórdão sobre os limites do dever de revelação dos árbitros. A Ementa assim dispôs:

"4. Cabe às partes colaborar com o dever de revelação, solicitando ao árbitro informações precisas sobre fatos que eventualmente possam comprometer sua imparcialidade e independência. 5. A parte que pretender arguir questões relativas à competência, suspeição ou impedimento do árbitro ou dos árbitros, bem como nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de **arbitragem**, deverá fazê-lo na primeira oportunidade que tiver de se manifestar, ainda que não haja prejuízo de posterior exame do Poder Judiciário competente, nos termos do art. 33 da Lei da **Arbitragem**. 6. A imparcialidade do árbitro é questão de ordem pública, logo, pode ser discutida a qualquer momento, devendo ser observada a boa-fé por parte de quem o alega. 7. A análise do Poder Judiciário sobre a imparcialidade do julgador não é matéria de mérito, mas sim pressuposto processual subjetivo de validade. 8. A omissão do árbitro em revelar às partes fato que possa denotar dúvida quanto à sua imparcialidade e independência não significa, por si só, que esse árbitro seja parcial ou lhe falte independência, devendo o Poder Judiciário avaliar a relevância do fato não revelado para decidir a ação anulatória. 9. O fato não revelado apto a anular a sentença arbitral precisa demonstrar extinguir a confiança da parte e abalar a independência e a imparcialidade do julgamento do árbitro. Para tanto, são necessárias provas contundentes, não bastando

alegações subjetivas desprovidas de relevância no que tange aos seus impactos".

Felizmente, o STJ vem se mostrando um grande guardião do sistema arbitral no país, sendo insignificante o número de anulatórias acolhidas. Trata-se de um julgamento emblemático e muito esperado pela comunidade arbitral. Um julgamento desfavorável poderia comprometer a higidez e credibilidade de toda a **arbitragem** no país.

Ficou categoricamente decidido que o dever de revelação não é um fim em si mesmo e, ainda, que não se pode permitir que fatos irrelevantes para fins de violação de imparcialidade e independência do árbitro sejam trazidos só após decisão desfavorável, com o objetivo de renovação de todo o procedimento arbitral pelo perdedor.

## 8) Força cogente da **arbitragem** nas relações locatícias

Através de acórdão publicado no dia 09/12/2024, o TJSP concluiu pela força cogente da **arbitragem** nas relações locatícias (Apelação Cível 1008618-78.2023. 8.26.0011 - TJSP, 27ª Câmara de Direito Privado do TJSP). A Ementa dispôs:

"**APELAÇÃO. LOCAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.** Sentença de procedência dos pedidos reformada. Pagamento de valores atinentes à reforma após desocupação do imóvel pegos pelo locatário autor diretamente à locadora, sem a necessária intermediação da plataforma corréu. Locação intermediada pela Plataforma "Quinto Andar". Incidência do Código de Defesa do Consumidor. É lícita a instituição de cláusula compromissória nas relações de consumo, desde que, a um lado, não seja compulsória e, a outro lado, seja redigida em documento anexo ou em negrito, bem como em destaque, com assinatura ou visto especial, nos termos do art. 51, VII e art. 54, §§ 3º e 4º, ambos do CDC, e



Continuação: Arbitragem em 2024: 11 acontecimentos que marcaram a comunidade arbitral

do art. 4º, § 2º, da Lei nº 9.307/1996. **Arbitragem** que não significa negação da justiça. Locatário que, no caso concreto, não se desincumbiram do ônus de comprovar qualquer violação aos referidos preceitos legais. Assinatura em campo especialmente destacado. Possibilidade de escolha de mais de uma câmara arbitral. Ausência de provas de que, durante as negociações, ou quando da assinatura do contrato, tenha a cláusula compromissória sido exigida de forma compulsória às partes. Reforma da sentença com extinção do feito, sem resolução do mérito. Art. 485, VII, CPC. RECURSO DA CORRÉ ANA REGINA PROVIDO. RECURSO DA CORRÉ QUINTO ANDAR PREJUDICADO".

Tal julgado consolida a segurança jurídica quanto à inclusão das cláusulas compromissórias nos contratos locatícios celebrados no país.

## 9) **Arbitragem** no novo Código Civil

A proposta substitui a expressão "o juiz" por "o juiz ou o árbitro" em vários artigos. A proposta também indica a inclusão do termo "arbitral" em artigos que atualmente mencionam apenas o processo judicial. A **arbitragem** é incorporada, por exemplo, na interrupção da prescrição (art. 202, I) e nas deliberações condominiais (art. 1.325), além de ter sido prevista a **arbitragem** como opção nos contratos sociais (art. 997, IX).

## 10) Instauração de procedimento arbitral é causa de interrupção do prazo prescricional

O STJ, através do REsp 1981715, publicado no dia 20/09/2024, decidiu que a instauração de procedimento arbitral constitui causa de interrupção de prazo prescricional, mesmo antes do advento da Lei 13.129/2015.

Através de ação anulatória, foi sustentada a nulidade da sentença arbitral sob a justificativa de que apenas com o advento da Lei 13.129/2015 passou a existir a previsão da instituição do procedimento arbitral como causa de interrupção da prescrição.

Porém, o STJ concluiu que a iniciativa da parte em buscar a tutela dos seus direitos, ainda que sem a intervenção estatal, é suficiente para encerrar o estado de inércia, mesmo antes da Lei 13.129/2015. O prazo prescricional interrompido pela **arbitragem** volta a correr a partir do último ato do processo arbitral.

No caso posto à julgamento, o STJ concluiu que a interrupção do prazo ocorreu com a primeira **arbitragem** e voltou a fluir após o trânsito em julgado da ação declaratória de nulidade da sentença arbitral.

## 11) Brasil como sede da Corte Permanente de **Arbitragem**

No dia 12/12/2024, o Senado aprovou o PDL 386/2022, que ratifica acordo internacional, assinado em 2017, para que o Brasil seja uma das sedes da Corte Permanente de **Arbitragem**. O projeto já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados.

A Corte Permanente de **Arbitragem** atua arbitrando disputas entre Estados, bem como controvérsias entre investidores e países. O fundamento para a realização do acordo deve-se ao fato do aumento do número de arbitragens internacionais quanto ao Brasil.

Que o ano de 2025 siga com a consolidação da formação da cultura do estudo e uso da **arbitragem** como ferramenta adequada para solução de litígios de forma especializada, célere e segura, visando à en-

Continuação: Arbitragem em 2024: 11 acontecimentos que marcaram a comunidade arbitral

trega de um serviço útil e eficiente às partes  
litigantes.



## O novo mecanismo multilateral de repartição de benefícios para DSI



O secretariado da CDB definiu prazos para as partes contribuírem para o desenvolvimento do novo MLM - Mecanismo Multilateral de Repartição de Benefícios para DSI.

O novo mecanismo multilateral de repartição de benefícios para DSI Luiz Ricardo Marinello e Isabella Estabile O secretariado da CDB definiu prazos para as partes contribuírem para o desenvolvimento do novo MLM - Mecanismo Multilateral de Repartição de Benefícios para DSI. segunda-feira, 13 de janeiro de 2025 Atualizado às 10:40 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

O secretariado da CDB - Convenção sobre **Diversidade** Biológica iniciou quatro consultas, convidando as partes interessadas a contribuir para o desenvolvimento do novo Mecanismo Multilateral de Repartição de Benefícios (multilateral mechanism ou MLM) para Informações de Sequência Digital (digital sequence information ou DSI).

Nesse sentido, partes, governos, povos indígenas e comunidades locais e organizações relevantes são incentivadas a participar ativamente dessas consultas, [abpi.empauta.com](http://abpi.empauta.com)

apresentando suas considerações e sugestões.

Os prazos para o envio das contribuições variam de acordo com a solicitação, mas compreendem o período de fevereiro até abril de 2025.

### 1. Mecanismo multilateral de repartição de benefícios sobre sequências digitais

Durante a COP16 - 16ª Conferência das Partes, realizada em Cali, Colômbia, as 196 partes da CDB alcançaram um importante avanço na operacionalização do MLM - Mecanismo Multilateral de Repartição de Benefícios oriundo do acesso direto e indireto das informações de sequências digitais, como apontamos anteriormente em "Resultados envolvendo a repartição de benefícios pelo uso de DSI (COP16/Cali).

A decisão adotada possui caráter voluntário, para determinar que empresas de setores usuários que se beneficiam direta ou indiretamente de seu uso nas suas atividades comerciais devem contribuir uma determinada proporção de seu lucro ou receita para o instituído Fundo Cali, com o objetivo central de conservação da biodiversidade.

Nesse sentido, os setores constantes no anexo I - como agricultura, biotecnologia, produtos farmacêuticos, cosméticos, equipamentos de laboratório e inteligência artificial - devem contribuir com 1% dos lucros ou 0,1% da receita anual para o Fundo Cali, além de repartir benefícios não monetários.

Embora tenha havido significativo avanço nos debates sobre o tema, ainda existem muitas lacunas e elementos a serem mais bem explorados na decisão, para que o MLM possa ser implementado. Vale lembrar, ainda, que as decisões tomadas no bojo das COPs deverão ser aderidas pelos Estados-partes e in-

Continuação: O novo mecanismo multilateral de repartição de benefícios para DSI

ternalizadas em seu ordenamento jurídico. Devido à incompletude do sistema como foi instituído na COP 16, acredita-se que nenhum país internalizará e criará regras locais no momento, mas tão somente a partir da COP 17, caso os temas tenham sido desenvolvidos.

Nesse contexto, as quatro consultas, fundamentadas na decisão 16/2 da COP16, têm como objetivo refinar e operacionalizar a aplicação do MLM e suas modalidades, oferecendo assim uma oportunidade para ampliar a abrangência do MLM a setores não explicitamente mencionados na decisão da COP16, além de instituir nova modalidade via produtos ou serviços.

Deve-se ressaltar que a possibilidade de repartição de benefícios por produtos faz parte de uma das propostas endereçadas pelo Brasil nas negociações que ocorreram na COP 16, por meio do intitulado mecanismo "all in", em que as empresas poderiam escolher o pagamento sobre sua receita ou lucro, ou por meio de uma porcentagem da receita da venda de produtos com DSI.

Esta proposição visou mitigar potenciais efeitos negativos econômicos para empresas, especialmente brasileiras, que não possuem toda produção e desenvolvimento de produtos associada a informações de sequências digitais, como é o caso de empresas do setor de HPPC - Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

Assim, as contribuições coletadas poderão influenciar a forma como os Estados partes da CDB decidirão implementar o MLM em sua legislação nacional, o que reforça a necessidade de participação de todos os atores, em especial as empresas dos principais setores impactados, com o objetivo de garantir que seus interesses sejam devidamente considerados no projeto final do mecanismo.

2. Sobre as quatro consultas inauguradas pelo secretariado da CDB

a) Operacionalização do Mecanismo Multilateral de Repartição de Benefícios, incluindo "O Fundo Cali" (Notificação 2024-113)

O MLM, incluindo o Fundo Cali, funcionará sob a orientação e responsabilidade da CDB, a partir das COPs, com o apoio de um comitê diretivo dedicado a este tema, conforme determinado pelo parágrafo 28 da decisão 16.2. Este comitê será responsável pelas seguintes funções principais:

Supervisionar as operações do Fundo Cali, garantindo que os recursos sejam alocados conforme as modalidades estabelecidas.

Orientar as operações do secretariado relativas ao mecanismo multilateral.

Relatar e fornecer assessoria à COP em questões pertinentes.

Desenvolver uma metodologia para revisar a eficácia do mecanismo multilateral, incluindo o Fundo Cali, até a COP18, em 2028. Essa metodologia deverá incluir indicadores adequados para avaliar o desempenho do mecanismo.

Como parte desse processo de consulta, o secretariado da CDB convida as partes interessadas a apresentar ao comitê diretor indicações de candidatos para membros ou observadores. O prazo para submissões é 7/2/25.

O comitê diretivo será composto por 15 membros indicados pelas partes (três de cada região), sete membros de povos indígenas e comunidades locais (um de cada região sociocultural) e dois membros de entidades das Nações Unidas, além de seis observadores (dois da sociedade civil, de instituições científicas e do setor privado).

Em outras palavras, as empresas são encorajadas a nomear dois representantes para atuar como observadores. Assim, recomenda-se que tais in-

Continuação: O novo mecanismo multilateral de repartição de benefícios para DSI

dicações sejam organizadas em conjunto

com suas respectivas organizações setoriais, uma vez que uma resposta unificada, vinda de diferentes setores, aumentaria as chances de sucesso.

Ademais, de acordo com o parágrafo 19, anexos II e III o valor integrante do Fundo Cali será alocado de forma direta, de acordo com uma lista indicativa de critérios, a partir de uma fórmula a ser determinada na COP 17, com base no trabalho do Ad Hoc Technical Expert Group - Grupo de Especialistas Técnicos Ad Hoc, em português.

O grupo será composto por especialistas técnicos, como segue: 15 indicados pelas partes, três de cada região, 7 indicados por representantes de povos indígenas e comunidades locais das sete regiões socioculturais e 4 indicados por organizações relevantes. Nesse sentido, a decisão convida para indicação de nomeados para compor o Ad Hoc Technical Expert Group até 7/3/15.

b) Possíveis modalidades adicionais para o Mecanismo Multilateral (Notificação 2024-114)

Em que pese a decisão 16.2 tenha instituído o modelo para operacionalização do MLM como sendo um pagamento sobre a receita ou lucro das empresas dos setores indicados no anexo I, a modalidade de pagamento via produto que utiliza DSI foi bastante defendida pelos países em desenvolvimento, em especial pelo Brasil. Esta opção visa fomentar o pagamento da repartição de benefícios sem que haja um desestímulo à inovação utilizando sequências digitais e/ou um impacto econômico brusco no setor privado.

Nesse contexto, os negociadores deixaram em aberto a possibilidade de expandir o mecanismo para incluir produtos e serviços no mercado que tenham se beneficiado do uso do DSI. Tal expansão poderia permitir contribuições de setores adicionais, como o setor de alimentos, além daqueles já contemplados.

Por isso, esta consulta convida as partes, outros governos, povos indígenas e comunidades locais, e organizações relevantes a fornecer informações sobre a possibilidade de expansão do MLM para incluir produtos e serviços até 21/3/25.

Caso essa expansão seja considerada, as partes deverão identificar quais produtos e serviços específicos devem repartir benefícios via MLM. Além disso, as empresas e associações setoriais representativas são incentivadas a demonstrar o motivo pelo qual esta possibilidade deve ser considerada, em especial o incentivo a inovação sem prejudicar o setor privado de países em desenvolvimento cujo pagamento sobre a receita ou lucro pode gerar, inclusive, a falência de empresas, e como operacionalizar este pagamento na prática.

c) Ferramentas e modelos inovadores para o acesso do público à DSI (Notificação 2024-115)

Durante as negociações do MLM, ocorreram intensos debates sobre a eficácia dos bancos de dados existentes e das práticas de compartilhamento de dados em termos de garantir responsabilidade, transparência e governança.

O Egito apresentou uma proposta para a criação de um novo banco de dados para DSI, sugerindo que apenas sequências digitais verificadas, por meio de consentimento prévio e informado do país de origem, fosse incluída na base de dados. Embora essa proposta não tenha constado no texto final da decisão da COP16, os negociadores permitiram que o tema fosse explorado com maior profundidade.

Neste contexto, as partes, outros governos, povos indígenas e comunidades locais, e organizações relevantes são incentivadas a apresentar propostas com o objetivo de facilitar o acesso público às sequências digitais e garantir sua utilização de forma transparente até o prazo de 4/4/25.

d) Parâmetros para determinação de entidades pe-

Continuação: O novo mecanismo multilateral de repartição de benefícios para DSI

quenas, médias e grandes (Notificação 2024-116)

No texto da decisão 16.2, foram incluídos parâmetros para definição do porte das pequenas, médias e grandes empresas com o objetivo de balizar o percentual de contribuição para o fundo de forma justa, que se sabe ter tido como base um estudo da London School of Economics sobre DSI. Além disso, o parágrafo 6, d, da decisão 16.2 requer a preparação de estudos oficiais para correta identificação de tais parâmetros de definição.

Assim, com o objetivo de avaliar se os parâmetros instituídos estão adequados ou definir novos, as partes, outros governos, povos indígenas e comunidades locais, e organizações relevantes são convidadas a apresentar seus pontos de vista sobre as normas nacionais e internacionais que devem ser adotadas para a identificação das pequenas, médias e grandes entidades. O prazo para submissões é 18/4/25.

Essa classificação ajudará a definir o escopo das obrigações dentro da estrutura de repartição de benefícios, estabelecendo responsabilidades diferenciadas para entidades de diferentes portes.

### 3. Conclusão

Diante do exposto, muitas serão as atualizações sobre o tema de DSI nos próximos meses, até que seja realizada a COP 17, na Armênia, em 2026.

Quanto aos prazos abertos pelo secretariado da CDB, após o recebimento das contribuições, espera-se que elas sejam disponibilizadas de forma pública e online e analisadas pelo órgão subsidiário (SBI - Subsidiary Body on Implementation) na sua sexta reunião, ainda sem data.

Nesse sentido, é essencial continuar acompanhando este tema de perto e recomendamos fortemente que o setor privado se engaje nas discussões, inclusive para os prazos em aberto e apontados acima, frente ao alto potencial de impacto econômico que pode sofrer me-

dante as definições do mecanismo multilateral.

1 CDB. 16/2. Digital sequence information on genetic resources. Disponível em: . Acesso em: 08 de janeiro, 2025.

2 Notification 2024-113. Operationalizing the multilateral mechanism for the fair and equitable sharing of benefits from the use of digital sequence information on genetic resources, including a global fund ("The Cali Fund"): Follow up to decision 16/2 of the Conference of the Parties. Disponível em: . Acesso em: 08 de janeiro, 2025.

3 Notification 2024-114. The multilateral mechanism for the fair and equitable sharing of benefits from the use of digital sequence information on genetic resources, including a global fund ("The Cali Fund"): Submission of views on possible additional modalities of the multilateral mechanism. Disponível em: . Acesso em: 08 de janeiro, 2025.

4 Notification 2024-115. The multilateral mechanism for the fair and equitable sharing of benefits from the use of digital sequence information on genetic resources, including a global fund ("The Cali Fund"): Submission of views on possible new tools and models, such as databases, for making digital sequence information on genetic resources publicly available and accessible. Disponível em: . Acesso em: 08 de janeiro, 2025.

5 Notification 2024-116. The multilateral mechanism for the fair and equitable sharing of benefits from the use of digital sequence information on genetic resources, including a global fund ("The Cali Fund"): Submission of information on national, regional or international standards on thresholds determining small, medium and large entities. Disponível em: . Acesso em: 08 de janeiro, 2025.

6 Subsidiary Body on Implementation (SBI). Dis-

Continuação: O novo mecanismo multilateral de repartição de benefícios para DSI

ponível em: . Acesso em: 08 de janeiro, 2025.

7 MARINELLO, Luiz Ricardo. Resultados envolvendo a repartição de benefícios pelo uso de DSI (COP16/Cali). Disponível em: . Acesso em: 08 de janeiro, 2025.

8 LSE. Identifying Ways Forward: LSE Roundtable on Biodiversity Finance and Digital Sequence Information. Disponível em: . Acesso em: 08 de janeiro, 2025.

Luiz Ricardo Marinello Mestre em Direito pela PUC/SP, coordenador da Comissão de Estudos de

Bioeconomia e Sustentabilidade da **ABPI** (Associação Brasileira da Propriedade Intelectual) e sócio de Marinello Advogados. Isabella Estabile Sócia do Marinello Advogados; Mestre - Puc/Rio; Membro de comissão - INTA e OAB/RJ; Coordenadora de comissão - **ASPI**; "Tomorrow Leader Award" - INTA (2022); "Rising Star" Leaders League (2021)

# Nintendo teria enviado advogados para loja que apresentou modelo do Switch 2 na CES 2025, diz jornalista

A empresa Genki, fabricante de acessórios que está no centro da polêmica da maquete do sucessor do Nintendo Switch na CES 2025, teria recebido a visita dos advogados da desenvolvedora japonesa. No entanto, a companhia disse à imprensa que não assinou um acordo de não divulgação (NDA) com a Nintendo e, portanto, "não tem com o que se preocupar".

Na semana passada, a Nintendo quebrou o silêncio sobre as várias maquetes e fotos do Switch 2 - nome extraoficial - que vazaram, insistindo que elas não foram baseadas em um protótipo que a empresa de acessórios teria recebido. O braço japonês da CNET disse, com tradução feita pelo site Automaton, que "o dispositivo de jogos que a Genki apresentou como hardware da Nintendo na CES não é oficial e não foi fornecido à empresa por nós".

O IGN esteve na mesa da Genki para saber mais sobre o produto e, até então, a empresa insistia que o sistema do Switch 2 usado como base era o verdadeiro. Um porta-voz ainda expressou surpresa com a discussão em torno do modelo, dizendo que achava que todas as informações sobre o próximo console já haviam vazado e que a Genki não estava dizendo nada de novo. "Eu não esperava tanta atenção da mídia, para ser honesto".

Após a repercussão, a Genki voltou atrás. O Automaton informou que um representante da empresa admitiu à publicação japonesa Game\*Spark que sua maquete do Switch 2 foi baseada em informações vazadas que já estavam circulando no setor e que ela não tinha visto o console de última geração da Nintendo, apesar de ter dito o contrário durante a feira de tecnologia.

Agora, de acordo com o The Game Post, os advogados da Nintendo supostamente visitaram o es-

tande da Genki no evento. Em um vídeo publicado no YouTube, o jornalista francês Julien Tellouck disse: "Falei com o cara da Genki, logo atrás de mim. Ele me disse que a Nintendo já havia enviado advogados para lá. Mas a Genki não tem nada com que se preocupar porque nunca assinou nenhum documento com a Nintendo, nenhum acordo de confidencialidade, nenhum NDA".

Os NDAs geralmente são assinados por fabricantes de acessórios para que possam preparar seus produtos para lançamentos futuros não anunciados. Mas, com base nesse último comentário, a Genki não estava envolvida em nenhum tipo de acordo com a desenvolvedora japonesa, o que a protegeria de alguma ação judicial relacionada.

Esta foi uma semana movimentada para os vazamentos do próximo aparelho. Após o surgimento de supostas imagens dos componentes internos, fotos que supostamente mostram o Joy-Con do console de próxima geração apareceram na internet.

As informações foram inicialmente encontradas em uma rede social chinesa antes de serem publicadas no subreddit "Nintendo Switch 2". Além do Joy-Con esquerdo, as imagens extraoficiais mostram botões SL e SR maiores do que os atuais e um possível abandono do método de trava de trilho usado pelo primeiro Switch em favor de controles de sucção eletromagnética.

Há o que parecem ser almofadas deslizantes de borracha macia na parte superior e inferior da lateral do controle e o que pode ser um sensor de algum tipo, talvez para conexão com outros dispositivos ou para entrada controlada por gestos em 3D. Alguns especulam que o Joy-Con do próximo Switch poderia ser usado como um mouse se fosse virado de

Continuação: Nintendo teria enviado advogados para loja que apresentou modelo do Switch 2 na CES 2025, diz jornalista

lado e colocado em uma superfície plana. New Joy-con Photos from Chinese SNS byu/SwordfishAgile3472 inNintendoSwitch2

Em setembro do ano passado, imagens não verificadas - uma mistura de design auxiliado por computador (CAD) e fotos de placas de circuito impresso (PCB) - que teriam saído de um site chinês mostravam um dispositivo semelhante ao Switch existente, mas com uma tela maior e controles magnéticos. Também há uma porta USB-C na parte superior e inferior do console.

Acompanhando as imagens, havia uma suposta lista de especificações que mencionava 12 GB de RAM (o Switch original tem 4 GB) e 256 GB de armazenamento interno (o atual possui 32 GB). Há um suposto novo botão "C" no Joy-Con direito, já mencionado anteriormente, mas ninguém parece saber para que ele serve.

Também temos uma **patente**, registrada em julho de 2023, mas publicada pela primeira vez na semana passada, que descreve a tecnologia de aprimoramento de imagens com inteligência artificial (IA) que ajudaria a manter os arquivos de jogos pequenos o suficiente para caber em um cartucho físico

enquanto oferecem resolução de até 4K.

Eis o que sabemos com certeza: a Nintendo confirmou que o Switch 2, ainda a ser anunciado e oficialmente nomeado, será compatível com os jogos originais do Switch e contará com o serviço por assinatura Nintendo Switch Online. Quanto à data de lançamento, não é esperado que o produto seja lançado durante o atual ano fiscal da empresa, portanto, ele chegará em abril de 2025, no mínimo.

Temos até mesmo desenvolvedores dizendo abertamente que planejam lançar seus próximos jogos no console, e outros provocando um lançamento de seus jogos no aparelho. Quando o sucessor do Switch for de fato lançado, a desenvolvedora espera ter bastante estoque disponível, o que, por sua vez, deve combater ou diminuir a venda casada.

\*Matéria traduzida e adaptada por Maria Eduarda Cury.

Inscreva-se no canal do IGN Brasil no YouTube e visite as nossas páginas no Facebook, Twitter, Instagram e Twitch! | Siga Maria Eduarda Cury no Instagram e Bluesky.



## Justiça do RJ mantém suspensão de música de Adele em caso de plágio



Decisão é provisória e cabe recurso. O mérito da ação ainda será julgado. Toninho Geraes, compositor mineiro, autor de 'Mulheres' (1995), processa cantora britânica por plágio na música 'Million Years Ago' (2015).

A Justiça do Rio manteve a liminar que decidiu pela suspensão das reproduções da canção "Million Years Ago", da cantora britânica Adele, por considerá-la plágio da música "Mulheres", do compositor Antônio Eustáquio Trindade Ribeiro, conhecido como Toninho Geraes.

A Justiça também negou o pedido da Universal Music Publishing Brasil, editora de Adele no país, que solicitava um depósito de R\$ milhão como garantia financeira.

A nova decisão é de quinta-feira (), da <sup>a</sup> Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Ainda cabe recurso. O mérito da ação ainda será julgado.

A decisão anterior, do juiz Victor Agustin Jaccoud Diz Torres e que foi mantida pelo juiz Antonio da Rocha Lourenço Neto, determinou a remoção da música das plataformas de streaming e compartilhamento, como Spotify, Deezer e YouTube, sob pena de multa diária de R\$ mil em caso de descumprimento. A música de Toninho foi gravada em , e a da britânica em .

A Justiça reconheceu a similaridade entre as melodias e determinou a suspensão imediata da exploração da obra plagiada.

O advogado notificou a cantora, um compositor que trabalha com ela e as gravadoras em , buscando um acordo. Ele alega que não houve resposta e, então começou a reunir provas.

A indenização pedida por Toninho Geraes é de R\$ milhão a título de danos morais. Além disso, ele solicita o pagamento de perdas e danos, bem como de todos os valores de **direitos** autorais devidos desde o lançamento da música, corrigidos monetariamente e com juros de mora.

Mulheres' x 'Million years ago': Entenda acusação de compositor de Martinho da Vila contra Adele

## Índice remissivo de assuntos

**Arbitragem e Mediação**  
3

**ABPI**  
9

**Pirataria | Biopirataria**  
9

**Entidades**  
9

**Patentes**  
14

**Direitos Autorais**  
16